



DICIONÁRIO DE
HISTÓRIA DA
I REPÚBLICA E DO
REPUBLICANISMO
VOLUME III: N-Z

coleção PARLAMENTO

coleção PARLAMENTO

ÍNDICE GERAL

DICIONÁRIO DE
HISTÓRIA DA
I REPÚBLICA E DO
REPUBLICANISMO
VOLUME III: N-Z



FICHA TÉCNICA

Título Dicionário de História da I República e do Republicanismo. Volume III – N-Z

Coordenação científica

Ana Paula Pires (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa)

Carlos Cordeiro (Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores)

David Luna de Carvalho (Centro de Estudos de História Contemporânea do ISCTE)

Ernesto Castro Leal (Centro de História da Universidade de Lisboa)

Hélder Adegar Fonseca (NICPRI – Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais)

Manuel Loff (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa e Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Maria Fernanda Rollo (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa)

Paulo Fontes (Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa)

Rui Ramos (Instituto de Ciências Sociais)

Vitor Neto (Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra)

Coordenação geral

Maria Fernanda Rollo (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa)

Edição Assembleia da República – Divisão de Edições

Revisão e índices Assembleia da República – Divisão de Edições (Conceição Garvão, Maria da Luz Dias,

Noémia Bernardo, Paula Crespo, Susana Oliveira, Teresa Fonseca)

Capa e design Nuno Timóteo

Paginação e pré-impressão Textype e Ana Rita Charola

Impressão Rainho & Neves, Lda

Tiragem 600 exemplares

ISBN 978-972-556-556-8 (obra completa)

ISBN 978-972-556-559-9 (volume III)

Depósito legal 366 586/13

Lisboa, outubro 2014

© Assembleia da República

Direitos reservados nos termos do artigo 52.º da lei n.º 28/2003, de 30 de julho.

www.parlamento.pt

ÍNDICE GERAL

Introdução	7
Textos (N-Z)	11
Índices	1155
Índice de textos.....	1157
Índice de autores.....	1163
Índice de entidades.....	1167
Índice de publicações periódicas.....	1189
Índice geográfico	1195
Índice onomástico	1205

fundação de jornais, a promoção de conferências, a criação de escolas, etc., são, em grande medida, obra sua. É igualmente aos socialistas que se deve a ideia de efetuar um grande inquérito às condições de vida e de trabalho do operariado, projeto transformado em realidade em 1909. De facto, as reconhecidas fragilidades dos socialistas não os impedem de conseguir uma considerável mobilização nos seus melhores momentos e de marcar a história da sua época.

Bibliografia: MARTINS, Susana, *Socialistas na Oposição ao Estado Novo*, Lisboa, Casa das Letras, 2005; MÓNICA, Maria Filomena, *O movimento socialista em Portugal (1875-1934)*, Lisboa, Instituto Nacional-Casa da Moeda/Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1985; OLIVEIRA, César, *O Socialismo em Portugal em 1850-1900 (Contribuição para o Estudo da Filosofia Política do Socialismo em Portugal na segunda metade do século XIX)*, Porto, Ed. Autor/Afrontamento, 1973.

[Susana Martins]

SOCIEDADE, CONGRESSOS E EXPOSIÇÕES

No contexto da euforia do cientismo, do positivismo e de laivos de republicanismo da sociedade portuguesa de final de século XIX, a sociedade portuguesa foi marcada pela ativa participação em realizações coletivas de empolgação da ciência, do progresso e de uma certa euforia internacional. O público entendimento da ciência passava, em parte, pela participação ativa da comunidade científica nos congressos – nacionais e internacionais – e na participação oficial do Estado português, através de *ex-libris* dos pavilhões de exposições ou do material científico, bibliográfico, fotográfico e instrumental que os comissários enviavam para a geografia itinerante de festas coletivas de ciência e de técnica – exposições universais e internacionais, ou a organização de exposições temáticas, a cargo de entidades públicas ou privadas.

Congressos e exposições (de variadas tipologias) refletiam-se na sociedade portuguesa pela capacidade de galvanização dos seus protagonistas – personalidades ligadas à ciência e à técnica – que conseguiam entusiasmar os jornalistas generalistas ou as secções informativas das revistas e dos jornais científicos.

No dealbar do século XX existe uma geração científica que participa ativamente em congressos internacionais e que se enquadra no lema positivista de «ciência, progresso e nação». Uma aliança fácil, acarinhada e incentivada pelo Estado e pelos organizadores de congressos. Neste contexto, verificamos que a medicina e a geologia associada às ciências naturais eram áreas que tinham capacidade de atrair congressos internacionais a Portugal, na viragem do século XIX para o XX. Cite-se a realização em 1880 do Congresso Internacional de Geologia e Arqueologia Pré-Histórica que reuniu na capital do império português a rede de cientistas que na Europa e na América do Norte e do Sul trabalhavam com definições geológicas, propostas de cartografias de artefactos pré-históricos, acerto de nomenclaturas científicas. Um acontecimento internacional marcante, com uma forte ligação ao trabalho de Carlos Ribeiro e a toda a geração de geólogos seus vindouros, assim como as arqueólogos

pré-históricos que buscavam a marca humana no tempo antes da escrita. Sinais que ainda vão estar presentes no XV Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica (Porto e Coimbra), organizado pela Escola de Antropologia do Porto, Faculdade de Ciências, em 1930, com a figura de Mendes Correia como anfitrião. Ligações científicas úteis a reter para estabelecer conexões com antropologia, geologia, arqueologia e ciências naturais.

No campo da medicina, após a realização do I Congresso Nacional, em 1888, foi marcante e como gramática de modelo organização de sociabilidade científica o XV Congresso Internacional de Medicina, em 1906. A urbe de Lisboa mudou, a homenagem pública a um dos futuros heróis da ciência republicana – Bombarda – a par da recuperação da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa que acolheu o grandioso, populoso e publicitado evento médico. Neste grupo de congressos úteis à nação e ao Estado – sob o ponto de vista da retórica e da ideologia cultural – encontram-se áreas com fortes tradições científicas internacionais na construção das nacionalidades de 1900, na Europa e na América: arqueologia, ciências coloniais, antropologia, geologia, ciências naturais, medicina e medicina tropical. Redutos do saber fáceis de combinar com ciência e nação, com retóricas de discurso de ciência e pátria para Portugal e colónias, envolvendo, em contexto pós República, as universidades de Lisboa, Coimbra e Porto, a Sociedade de Geografia de Lisboa, a Academia das Ciências de Lisboa e as demais instituições científicas ou os estabelecimentos e as sociabilidades militares.

Se pretendermos focalizar dois membros da comunidade científica que cubram amplamente estas áreas de cientistas em ação em congressos internacionais tomamos as figuras de Georges Zbyszewski (Rússia, 1909–Lisboa, 1999) na centralidade de Lisboa e das Ciências Naturais e A. A. Mendes Correia (Porto 1880–1960) no epicentro da Escola Antropológica do Porto e das múltiplas relações com várias componentes culturais e científicas da sociedade portuguesa inserida num contexto europeu e internacional. Deambular pela sua produção bibliográfica permite uma visita de repositório informativo incontestável da capacidade de dinamismo de cientistas em ação nos congressos internacionais de vários saberes em rede, em diferentes sociabilidades científicas institucionais.

Se virarmos a atenção para a investigação médica tomamos como guia a listagem de «congressos e conferências científicas em que tem tomado parte o pessoal do Instituto [de Histologia e Embriologia da Faculdade de Medicina de Lisboa]», organizada por Celestino da Costa e explanado no relatório designado «Atividade Científica: 1911-1944», editado em Lisboa no ano de 1940. Nesta mesma sequência de organização de congressos situamos a realização do XII Congresso Internacional de Zoologia, em Lisboa, 1935 e o I Congresso Nacional de Ciências Naturais, também em Lisboa em 1942, ambos com forte intervenção do Museu Bocage e do naturalista, zoólogo e com formação médica Artur Ricardo Jorge (1886-1974), filho do famoso médico e higienista de renome Ricardo Jorge.

Ainda neste campo das ligações entre antropologia, ciências médicas e ciências naturais – em contexto de valorização das potencialidades de um império colonial – chame-se a atenção para a sequência cronológica da organização de eventos, ou para a participação portuguesas em vários festejos científicos, conectados entre si, unindo

geografias através de redes científicas. Em 1924, realizou-se em Lisboa o Congresso Colonial de Lisboa; em 1927, esteve uma delegação portuguesa no Congresso Internacional de Antropologia, em Amesterdão; em 1928, realiza-se o Congresso Nacional de Medicina, em Lisboa e no Porto; nesse mesmo ano teve lugar no Cairo o Congresso Internacional de Medicina Tropical. Em 1930, o Porto recebe o Congresso Internacional de Antropologia. Em 1931, os portugueses deslocam-se a Paris para o Congresso Internacional de Geografia, realizando-se na mesma cidade e no mesmo ano o Congresso Internacional de Antropologia. Em 1934, Portugal organiza, no Porto, a Exposição Colonial, o Congresso Nacional de Antropologia Colonial, enquanto em Londres se realiza nesse mesmo ano o Congresso Internacional de Antropologia e Etnologia. Em 1935, Lisboa recebe, como se referiu, o XII Congresso Internacional de Zoologia.

Queremos deixar clara a ideia que o fluxo de participar/organizar congressos vem de final do século XIX; há uma identificação de áreas científicas que se cruzam nas diferentes secções dos congressos; a participação portuguesa é regular em ambientes internacionais e que há uma certa onda de afetividade para trazer até ao extremo ocidental da Europa (ou a um espaço do império) algumas destas realizações de prática científica. De facto, os congressos devem ser entendidos como fazendo parte de uma estratégia da política científica do Estado e com particular relevo para a Junta de Educação Nacional (1926-1936) e para o Instituto para Alta Cultura, a partir de 1936. Segundo Celestino da Costa, esta participação regular em congressos ou conferências internacionais «não é apenas útil ao prestígio da nação, mas também o é aos investigadores que, assim têm ocasião de encontrar mestres e colegas estrangeiros, de trocar impressões, de discutir problemas, de mostrar o que fazem ou de ver o que os outros fazem» (COSTA, 1939, 56).

No campo científico da Matemática, da Física e da Química, a estratégia científica foi diferenciada. Os protagonistas destas áreas não conseguiram (não puderam ou não quiseram) galvanizar os poderes do Estado para atrair até Portugal a realização de encontros internacionais nestas áreas. Porém, pelo itinerário biográfico dos consagrados desta comunidade científica percebe-se que a estratégia de investigação e de debate científico passou pela regular participação nos congressos europeus, onde os portugueses eram figuras regulares desde o final do século XIX. Registe-se o brilho internacional do matemático Francisco Gomes Teixeira (1851-1933), do químico Ferreira da Silva (1853-1923) e o do físico, com consultório médico de raios-x, Virgílio Machado (1859-1927). Constam das suas biografias a regular participação ativa em congressos internacionais e conferências especializadas não realizados em Portugal.

No suporte de congressos, uma alusão ao longo ciclo de Congressos Luso-Espanhóis da Associação Espanhola e Portuguesa para o Progresso da Ciência; um conjunto de realizações ibéricas, científicas, de enorme regularidade. Um movimento pendular no quadro da Península Ibérica que se iniciou em 1917 e terminou em 1974. Um movimento organizativo de congressos dos países peninsulares – as duas pátrias das descobertas do mundo – que sempre envolveram instituições científicas portuguesas e espanholas – universidades, academias, sociedades científicas – a comunidade ativa, a história da ciência e os Estados ao mais alto nível: Portugal e Espanha,

independentes e peninsulares. Um ritmo de presenças regulares por parte da comunidade científica portuguesa e espanhola que sabiam intercalar a participação nestes rituais científicos da Península Ibérica com a prática científica dos outros *comptes rendus* internacionais, dentro e fora do território do Estado português.

Juntar a congressos a palavra exposições, no quadro de um contexto de visualização de aspetos de cultura científica na sociedade globalmente designada republicana, implica cruzar aspetos que habitualmente se encontram tratados em separado, como acontece nas entradas temáticas sobre este assuntos no *Dicionário do Estado Novo* (F. Rosas, J. M. B. Brito) ou no *Dicionário de História de Portugal – Suplemento* (A. Barreto, F. Mónica). Cruzando cronologias verifica-se a convivência regular de organização de exposições universais – ou internacionais – com a realização de eventos científicos de grande dimensão, sobretudo no espaço europeu (consideramos a definição do Bureau International des Expositions: uma convenção diplomática, eventos com duração de mais de três semanas, organizadas oficialmente por um país e onde os restantes participantes são convidados a organizarem oficial e nacionalmente a sua presença). Se olharmos para o ciclo de exposições de Paris; 1855, 1867, 1878, 1889, 1900, seguido de 1905 Bruxelas, 1906 Milão, 1910 Bruxelas uma vez mais; 1913, Ghent, 1929 Barcelona, 1935 Estocolmo, entendemos que nas participações em congressos europeus os viajantes científicos cruzavam-se com estas grandes produções, ou as próprias exposições tinham programas específicos de ciclos de conferências, mostras em pavilhões especializados ou pavilhões consagrados aos progressos da ciência e da tecnologia. Por vezes, estes dois mundos de cosmopolitismo e de sociabilidade cruzavam-se, casando os respetivos objetivos.

A realização da Exposição Ibero-Americana em Sevilha, em 1929, organizada pela República espanhola, levou Portugal, saído há pouco tempo do golpe militar de 29 de maio de 1926, a participar cientificamente, com a história científica das áreas de conhecimento: «Os aspetos geográficos e climáticos» (Silva Telles), «Geologia e Antropologia em Portugal» (Mendes Correia), «Nascentes de água mineral» (António Pereira Forjaz), «A Química e a Física em Portugal» (José Pereira Salgado), «A Botânica e a Zoologia» (Américo Pires de Lima), «A Astronomia, a Náutica e as Ciências afins» (Pedro José da Cunha), «História da Medicina Portuguesa» (Silva Carvalho), textos compostos para figurarem no Pavilhão de Portugal e cujas capas eram marcadas por uma Cruz de Cristo a vermelho (*Portugal. Exposição Portuguesa em Sevilha*, Lisboa, Ed. Sá da Costa, Vol. II).

Mas para além desta participação da história da ciência na exposição, o ano de 1929 em Sevilha foi prodigioso em organizar conferências temáticas de campos científicos em Portugal e que usufruíam de uma cobertura jornalística pormenorizada pelo jornal *O Século*, a partir do mês de maio de 1929 – data da abertura oficial da exposição –, prolongando-se pelo ano de 1930, a informação sobre eventos científicos na época.

Seguir o rasto minucioso de toda a atividade científica em Portugal relacionada com congressos e exposições implica seguir lentamente a imprensa informativa da época, assim como os jornais científicos e especializados existentes para cada área da ciência.

Bibliografia: COSTA, A. Celestino da, *O problema da investigação científica em Portugal. Relatório apresentado pelo presidente do Instituto para a Alta Cultura (...) e aprovado na reunião da direção de 16 de Julho de 1938*, Coimbra, 1939; *História e desenvolvimento da Ciência em Portugal no Século XX*, Lisboa, Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, Tomo I, II e III., 1989; LOPES, Quintino Manuel Junqueira, *Portugal 1940. A internacionalização dos cientistas do VIII Congresso do Mundo Português*, Tese de mestrado em Estudos Históricos Europeus (orientadora Maria Fátima Nunes), Universidade de Évora, 2010.

[Maria de Fátima Nunes]

SOCIEDADE DA CRUZ BRANCA DE COIMBRA

À semelhança do que aconteceu em outros países intervenientes na Grande Guerra, também em Portugal a entrada no conflito provocou, entre as mulheres pertencentes aos estratos sociais mais elevados, a aspiração de cooperar no esforço português, na área que, tradicionalmente, lhes estava reservada: a da assistência aos carenciados, neste caso os combatentes e suas famílias. Em Coimbra, nos finais de março de 1916, pouco depois da declaração de guerra da Alemanha a Portugal (justificada pelo confisco dos navios alemães que estacionavam no Tejo), encontrava-se formada a comissão de mulheres que iria impulsionar a constituição da Sociedade da Cruz Branca de Coimbra. O grupo promotor dirigiu um convite às «senhoras» residentes na zona geográfica correspondente à quinta divisão militar, com sede em Coimbra, para que comparecessem a uma reunião, no dia 9 de abril. À cabeça da lista das mulheres que subscreveram a convocação estava o nome de Maria Isabel Oliveira Pinto da França Tamagnini, esposa do general comandante da divisão centrada em Coimbra, o que faz supor o pleno acordo deste à iniciativa e, talvez mesmo, o seu incitamento. A comissão propunha-se conseguir donativos que permitissem, não só auxiliar os expedicionários e suas famílias, mas também as sociedades congéneres, especialmente a Cruz Vermelha, no serviço de hospitalização. No momento do apelo, os trabalhos de organização iam avançados, pois que a nova agremiação, para lá do nome – Sociedade da Cruz Branca de Coimbra – dispunha já de emblema que consistia numa cruz branca sobre fundo amarelo. A caridade cristã era simbolizada pela cruz branca e o fundo amarelo representava a atenção concedida à medicina, atendendo à relevante função desta na luta sangrenta que se travava. As associadas deveriam usar uma medalha com o símbolo escolhido e a legenda *Coimbra, 1916*. A comissão esperava abrir cinco secções: propaganda; meios; donativos aos expedicionários; auxílio às famílias dos militares; enfermagem. Na sessão inaugural, onde foram eleitas as responsáveis por esses setores, foi aclamada como presidente a esposa do general Tamagnini que, aliás, pouco tempo exerceu essas funções, sendo substituída pela condessa de Ameal que fizera parte do núcleo organizativo. Os novos encargos do comandante da 5.ª divisão militar, que recebeu a missão de preparar, em Tancos, o corpo expedicionário que iria combater em França, estarão, certamente, na origem dessas alterações na direção da Cruz Branca. Porém, Tamagnini, mesmo de longe, mantinha-se ao corrente da ação da sociedade. É o que se deduz de cartas do general,

publicadas na *Gazeta de Coimbra*, periódico que, regularmente, inseria informações detalhadas sobre o trabalho desenvolvido pela instituição que, aliás, contou sempre com o apoio das autoridades civis e religiosas de Coimbra. Caso exemplar é o da direção da Associação Académica que se inscreveu como sócia da sociedade. Como aconteceu com organismos perseguindo objetivos análogos – Assistência das Portuguesas às Vítimas da Guerra e Cruzada das Mulheres Portuguesas – diversas entidades promoveram espetáculos e quermesses, no propósito de alcançarem donativos destinados à Cruz Branca. Mas a grande festa, por diligência do agrupamento liderado pela condessa do Ameal, foi a Festa da Flor, seguindo o modelo dos eventos com cariz idêntico que haviam tido lugar em Lisboa e Porto, por iniciativa da Assistência das Portuguesas às Vítimas da Guerra. No dia aprazado, «lindas damas da nossa mais elevada sociedade» (*Gazeta de Coimbra*, 26-05-1917) percorreram as ruas de Coimbra, apelando à generosidade dos transeuntes, em troca de uma modesta flor. A sociedade empenhou-se no envio de donativos para os combatentes, nomeadamente agasalhos e dinheiro. Como associação constituída por mulheres católicas, foi sensível ao apelo de capelães militares que, na zona de guerra, diligenciavam organizar a Casa do Soldado, destinada à ocupação dos tempos livres dos expedicionários. Promoveu cursos de enfermagem (*Gazeta de Coimbra*, 29-11-1916 e 28-04-1917), na crença de que muitos feridos repatriados, originários da região, seriam internados em hospitais da cidade. Seguindo o exemplo da equipa que, liderada por Sofia Burnay de Melo Breyner, incrementara em Lisboa a instituição das Madrinhas de Guerra, a Cruz Branca abriu inscrições e procurou entusiasmar as mulheres no sentido de aceitarem tomar sob a sua proteção soldados que, na frente do combate, ansiavam por alguém que, de longe, enviasse um presente ou, simplesmente, uma palavra amiga. Todas estas atividades parecem ter um peso secundário relativamente à ação central, em prol das famílias dos combatentes que em numerosos casos se debatiam com incalculáveis carências. Conquanto o Estado tivesse garantido pensões às famílias dos mobilizados, o atraso nos pagamentos e a subida de preços dos produtos alimentares originavam situações gravosas. A Cruz Branca, mensalmente, distribuía subsídios por muitas mulheres, na maior parte esposas de combatentes com filhos menores. Esse auxílio não terminou com o final da Guerra, possivelmente devido à lentidão com que se processou o repatriamento. Muitos meses depois do armistício que pôs fim ao conflito, o general Tamagnini, aludindo aos subsídios concedidos pela Cruz Branca, informou que a sua distribuição se mantinha. Avaliava o valor total do auxílio concedido até essa data em 11 606\$00 (MARQUES, 2004, CCLXII).

Bibliografia: *Gazeta de Coimbra* (1916-1918); MARQUES, Isabel Pestana, *Memórias do General 1915-1919. «Os meus três comandos» de Fernando Tamagnini*, Viseu, Fundação Mariana Seixas, 2004; MOURA, Maria Lúcia de Brito, «A assistência aos combatentes na I Guerra Mundial – um conflito ideológico», *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXVIII, Coimbra, Faculdade de Letras, 2006.

[Lúcia de Brito Moura]